

Usos da memória e patrimônio: Uma síntese do processo de preservação do bairro da Luz, centro de São Paulo

Uses of memory and patrimony: A synthesis of the patrimonial landmarking process of Luz neighborhood, downtown São Paulo

Leonardo Civale *; Luna Brum Nunes**

Resumo: O artigo investiga a trajetória patrimonial do bairro da Luz, centro de São Paulo, os órgãos envolvidos (CONDEPHAAT e SPHAN ou IPHAN, dependendo do momento avaliado), a prática patrimonial aplicada e as memórias sustentadas nos tombamentos. A região manteve um grande acervo de imóveis monumentais e edifícios públicos mesmo diante do processo de degradação e decadência que sofreu a partir de 1960. A preservação de sua memória refletiu uma paisagem urbana fundamentada em dois episódios da história de São Paulo e de seu crescimento urbano. Uma entre o final do século XVIII e início do século XIX quando o principal caminho que conectava ao centro era o “caminho do Guaré” ou “do Guarapé” - essa região passou a abrigar instituições militares e religiosas. E outra ao fim do século XIX, em que o enriquecimento gerado pela produção do café levou à implantação das linhas ferroviárias na região e propiciou a chegada da elite cafeeira. Reconhecendo as tramas que englobam os agentes responsáveis pela seleção e elaboração do patrimônio cultural, este artigo se propõe a entendê-lo como lugar de conflito, e os aspectos micros e macros da política e da prática de preservação nesse território podem ser utilizados para a reflexão de um processo maior, de esfera estadual ou nacional. Como veremos durante as análises dos documentos de tombamento da região da Luz, a preservação se deu através dos tombamentos das edificações monumentais e foram fundamentadas nos critérios da história da arquitetura, se referindo à figura de Ramos de Azevedo – grande arquiteto que promoveu o estilo eclético na cidade – e na memória das ferrovias.

Palavras-chave: Museus. Patrimônio cultural. Memória. Paisagem

Abstract: The article investigates the patrimonial trajectory of the neighborhood of Luz, center of São Paulo, the agencies involved (CONDEPHAAT and SPHAN or IPHAN, depending on the moment valuated), applied patrimonial practice and sustained memories. The region maintained a large collection of monumental buildings and public building seven in the face of the process of degradation and decay that it suffered from 1960. The preservation of its memory reflected an urban landscape based on two episodes of the history of São Paulo and its urban growth. One between the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century when the main road that connected to the center was the "Guaré road" or "Guarapé" - that region was home to military and religious institutions. And another at the end of the 19th century, when the enrichment generated by coffee production led to the establishment of railway lines in the region which enabled the arrival of the coffee elite. Recognizing the plots that encompass the agents responsible for the selection and elaboration of cultural heritage, this article proposes to understand it as a place of conflict, and the micro and macro aspects of the

* Bacharel e licenciado em Geografia pela UFRJ. Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Université de Pau et Pays du L' Adour. Professor do departamento de Geografia da UFV e Professor do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV. Civale.leo@gmail.com

** Formou-se em História pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado na Universidade Federal de Viçosa no Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Cidadania e Paisagens, do Departamento de História, orientação do professor doutor Leonardo Civale. Tema: Patrimônio cultural urbano, cidade, usos da memória. lunabn92@gmail.com

politics and practice of preservation in that territory can be used for reflection of a larger process, at the state or national level. As we will see during the analysis of the national heritage landmarking documents of the region of Luz, the preservation took place through the monumental building blocks and were based on the criteria of the history of architecture, referring to the figure of Ramos de Azevedo - a great architect who promoted the eclectic style in the city - and in the memory of the railroads.

Key-words: Cultural heritage, Memory, São Paulo.

1. Introdução

A região da Luz ilustra problemas e potencialidades como nenhuma outra parte da cidade de São Paulo. A partir das três últimas décadas do século XX, algumas dessas questões foram elencadas pela preservação do patrimônio cultural e consideradas emblemáticas diante da intensa urbanização que a urbe sofreu. Sobrevivente de um tempo em que a presença da ferrovia atraiu a construção de belos edifícios institucionais e logradouros públicos, manteve em pé um grande conjunto arquitetônico que garantiu à cidade uma amostra da prática urbana do século XIX. No entanto, em meados do século XX, quando a administração pública passou a remodelar a estrutura viária de São Paulo, dando prioridade ao transporte automobilístico, todo o dinamismo econômico sustentado pelo bairro e pela estação ferroviária, sofreram uma grande queda.

A porta de entrada da capital paulista até então era a estrada de ferro e mais especificamente a Estação Ferroviária da Luz, mas dentro dessa iniciativa tornou-se uma barreira física ao desenvolvimento da cidade. Um dos usos tradicionais era o transporte dos fazendeiros de café e suas cargas, que vinham do interior paulista e que foram substituídos pelos trens de subúrbio, que trouxeram uma nova população de trabalhadores para a região. Esse processo, que envolveu um remodelamento do tecido urbano da região, refletiu-se, inclusive, na própria história da Estação da Luz, que no momento em que o transporte ferroviário perdia importância foi afetada por um incêndio.

A Estação da Luz foi reformada e adaptada como terminal de linhas suburbanas e a Luz deixava de ser bem quista pela classe alta paulistana. Outrora eleita como querida entre as elites, pelos seus salões luxuosos e estilo vitoriano, a estação viu-se esquecida pelos mesmos, que, a partir de então, elegiam como novo quadrante preferido a região Sudoeste, do Centro Novo à Avenida Paulista e aos Jardins. Desse modo, acentuou-se a decadência das regiões ao Norte e Noroeste,

incluindo as regiões da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elísios. Até certo ponto, o bairro da Luz manteve-se alheio ao intenso processo de verticalização do centro de São Paulo e guardou em sua malha urbana alguns dos traços arquitetônicos que remetem ao século XIX e início do XX. Sob acentuado abandono da elite e do poder público, a região acondicionou amostras desses tempos, mas mergulhada em uma degradação paisagística e visual. Nesse sentido, é possível enxergar a Luz como um bairro com uma das maiores sobreposições de heranças urbanísticas da cidade, evidenciando diferentes etapas da história e da urbanização de São Paulo.

Esse entendimento acerca da região da Luz como um bairro histórico, no entanto, passou a acontecer a partir dos anos 1970, e a preservação por meio de tombamentos aconteceu com maior intensidade no decorrer dos anos 1980. Sendo a paisagem urbana entendida como resultado histórico, a cidade abriga em seus silêncios e seleções do patrimônio as ações diretas do poder público na manutenção e escolha do que deve permanecer na memória coletiva. O artigo investiga a trajetória patrimonial do bairro da Luz, centro de São Paulo, os órgãos envolvidos (CONDEPHAAT e SPHAN ou IPHAN, dependendo do momento avaliado), a prática patrimonial aplicada e as memórias sustentadas nos tombamentos. Reconhecendo as tramas que englobam os agentes responsáveis pela seleção e elaboração do patrimônio cultural, este artigo se propõe a entendê-lo como lugar de conflito, e os aspectos micros e macros da política e da prática de preservação nesse território podem ser utilizados para a reflexão de um processo maior, de esfera estadual ou nacional. Como veremos durante as análises dos documentos de tombamento da região da Luz, a preservação se deu através dos tombamentos das edificações monumentais e foram fundamentadas nos critérios da história da arquitetura

Da elaboração do patrimônio nacional e consciência do patrimônio cultural paulista: Para entender o que pautou os tombamentos na região da Luz

Na conjuntura política do Estado Novo institucionalizaram-se as ações de proteção e salvaguarda do patrimônio nacional com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a ideologia de um Estado tutor, protecionista e interventor. Na gestão de Getúlio Vargas a preocupação em definir a cultura e a identidade nacional trouxe para dentro das ações do estado um grupo de intelectuais modernistas, dentre estes Mário de Andrade foi convidado a participar

como o nome responsável por lançar as bases das primeiras ações governamentais de preservação no país.

A partir da década de 1920, a valorização do popular fez parte do projeto de identidade nacional, confrontando vertentes artísticas balizadas pelas tendências europeias. Nicolau Sevcenko colocou modernidade e nacionalismo como ideias que trouxeram as nuances do processo civilizacional em que o país estava inserido neste momento (SEVCENKO, 1992) ou seja, ser moderno significava negar os valores estrangeiros. De acordo com Paulo César Garcez Marins o grupo de modernistas paulistas que partiram para supostamente redescobrir a identidade nacional nas excursões às chamadas “cidades históricas”, em 1924, deixava para trás uma capital marcada pela europeização dos costumes, com referências, sobretudo, a Paris (MARINS, 2008). Para aquele grupo de modernistas, entre eles nomes célebres como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, não era em São Paulo que estavam intactas e preservadas as origens culturais do Brasil. Ainda de acordo com Garcez Marins:

São Paulo não foi um destino privilegiado dessas incursões oficiais. As cidades paulistas jamais foram alvo de uma proteção equivalente às mineiras, pernambucanas ou baianas. Embora local da mais antiga povoação brasileira, daquela São Vicente fundada em 1532, a terra paulista não possuía riqueza faustosa das cidades coloniais daqueles estados, fausto, aliás, que sempre fascinou os técnicos do SPHAN. O luxo paulista vinha quando muito do século XIX, da emergência do café que apagava os traços da rusticidade colonial, modernizando as cidades sob o ideário do *progresso* e reconstruindo sua arquitetura com referências mais modernas, europeizadas. Mas nada disso interessava ao SPHAN e a pensadores como Mário de Andrade, que negavam os estrangeirismos e passariam boa parte das décadas de 1930 e 1940 em busca dos restos do Brasil colonial, que em São Paulo eram poucos e modestos (IDEM).

A São Paulo dos séculos XIX e XX foi construída cada vez mais com a participação dos imigrantes europeus, decorrente da imigração por conta do café. O conjunto de expressões que se deram no estado de São Paulo recriou um ambiente profundamente miscigenado com o imigrante europeu. Até mesmo os ideais de modernidade adotados pelos paulistas, não condiziam com os valores modernistas e dos arquitetos do SPHAN. Um exemplo, é a negação do ecletismo, por parte de intelectuais ligados ao órgão nacional, cujo discurso versava sobre falta de originalidade, mau gosto e dedicação aos modelos copiados. Por outro lado, na cidade de São Paulo, a arquitetura eclética foi muito disseminada na paisagem urbana. A opção pelos bens culturais advindos do período colonial e a não incorporação das

técnicas e novas práticas advindas dos tempos do café, deixaram uma marca na prática preservacionista em São Paulo, que ficou fora do circuito do patrimônio nacional por muito tempo.

O contexto da capital paulista girava em torno do argumento de *progresso* e melhoramento urbano. Fez-se, assim, um momento no qual a principal ideia era a atualização da cidade, pois, a feição de taipa precisava ser substituída. Ernani Silva Bruno, a respeito da constante mudança da paisagem urbana de São Paulo, destaca a sensação de ambiente provisório ao qual a cidade estava submetida e transmitiu sua impressão a esse respeito, dentro de sua obra de caráter memorialista:

Já se procurou por outro lado caracterizar São Paulo de agora como uma espécie de cidade provisória. Nada sobrou da cidade antiga: nem casa, nem torre, nem igreja, nem convento. O próprio convento dos Franciscanos – com todo o prestígio que lhe dera a instalação da Academia de Direito – foi demolido em 1934 para dar lugar a uma nova edificação (BRUNO, 1954).

As transformações urbanas que se sucederam, modificaram, inevitavelmente, a cidade. O texto de Ernani Silva Bruno reflete a sensação de incompletude, de algo passageiro e provisório, referindo-se à realidade paulistana das primeiras décadas do século XX. Tal ideia pode ser relacionada à frase de Marx citada por Marshal Berman: “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986).

Foi durante o pico do desenvolvimento de São Paulo que os modernistas e mesmo o Estado, passaram a pensar na preservação material de algumas memórias consideradas emblemáticas para a nação. Desse modo travou-se uma relação que expôs a modernidade e a memória como conceitos e fenômenos que dialogam e se enfrentam. Se, por um lado dessa conjuntura nasceu a ideia de que era preciso deixar morrer a feição de taipa, provinciana e popular da realidade paulistana, também emergiu a intelectualidade modernista que lançara o olhar para o passado colonial e suas referências históricas como componentes da nossa identidade nacional.

Com relação aos primeiros anos de atuação do SPHAN, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, pode-se dizer que aquele foi um momento de grande investimento na concretização de projetos para o “patrimônio nacional”. Tendo sido um dos fundadores do SPHAN e estando à frente da instituição durante suas três primeiras décadas de atuação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, mineiro, natural de Belo Horizonte, se integrou ao grupo dos modernistas e sua presença no SPHAN

deixou como marca a preservação das cidades coloniais mineiras. Desse modo, inúmeros trabalhos que se dedicam a essa primeira fase da instituição não desconectam a personalidade e a inclinação ideológica de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao patrimônio nacional e às práticas de preservação.

Márcia Chuva trouxe grandes contribuições nesse sentido. Segundo sua obra, por meio das ações do ministro Gustavo Capanema, as condições foram criadas para que o SPHAN se legitimasse, consolidasse e definisse suas referências e práticas preservacionistas (CHUVA, 2009). A contribuição deste trabalho se deu na direção de determinar os sujeitos, os lugares e os contextos em que se deram a concretização do projeto. Desse modo, a referida autora averiguou as disputas internas, os interesses que regiam a forma e o conteúdo das políticas de proteção ao patrimônio nacional avaliando os personagens envolvidos. Portanto, o esquecimento do ecletismo nessa primeira fase do SPHAN, se deu devido às disputas de poder e relações entre os arquitetos que ocupavam as posições dos grandes profissionais do patrimônio.

Ainda segundo as reflexões de Márcia Chuva, as práticas patrimoniais do SPHAN, lideradas pelos arquitetos modernistas, se fundamentaram no reconhecimento de bens imóveis de construções históricas dispostas no espaço público. Desta forma, a instituição federal promoveu a chancelade monumentos já incorporados pela sociedade, enquanto representantes da coletividade e elegendo outros que sustentavam a ideologia estatal, principalmente os de estilo neocolonial e colonial (IDEM). De modo geral, a escolha pela arquitetura como objeto de preservação se cristalizou dentro do órgão de defesa ao patrimônio por décadas.

Encontram-se referências à arquitetura luso-brasileira do século XVI ao XVIII como representante dos primórdios coloniais e expressão da originalidade e adaptação das técnicas portuguesas em terra brasileira, em trabalhos como o de Ricardo Severo. A ideia disseminada em artigos e conferências a partir de 1914, principalmente em São Paulo, foi encampada por diversos intelectuais e José Mariano foi a figura que defendeu fortemente esse princípio entre as décadas de 1920 e 1930. O movimento do neocolonial surgia então como reação à emergência do eclético e “encontrou sua justificativa na ânsia de buscar, nas formas construtivas tradicionais do Brasil, uma arquitetura que pudesse ser definida como genuinamente autóctone” (KESSEL, 1999). Posteriormente, essas ideias seriam debatidas e enquadradas como uma tendência elitista, conservadora e tradicionalista pelos modernistas. O fato é que

o movimento do neocolonial não foi completamente adotado pelo projeto do patrimônio cultural encabeçado pelos modernistas, mas o reconhecimento dos princípios da arquitetura nacional naquele período histórico, influenciou a política patrimonial nos anos 1930, que passou a tombar as construções do período colonial e promover sua monumentalização.

Maria Cecília Londres Fonseca em sua reconhecida obra *O Patrimônio em Processo* (FONSECA, 2009) a respeito da trajetória da prática patrimonial brasileira, ressaltou a dimensão simbólica do patrimônio cultural enquanto representante da identidade coletiva e formação dos cidadãos. Tendo em vista que a concepção de um patrimônio histórico, artístico e nacional foi produto das sociedades modernas, o Brasil também seguiu o caminho da unificação, com a intenção de promover e oficializar uma memória nacional. Na realidade brasileira, no contexto do Estado Novo, no âmbito das reflexões dos intelectuais modernistas, a invenção do patrimônio esteve conectada a um forte nacionalismo. Considerando os apontamentos de Maria Cecília Londres Fonseca, as práticas de preservação do Estado se solidificaram em uma tradição que determinou durante vários anos seguintes o conjunto de bens reunidos no espaço público, com caráter imóvel e material, ou seja, arquitetônico.

As igrejas barrocas, o estilo rococó, os mestres mineiros, como Aleijadinho, foram as escolhas para o patrimônio nacional, os suportes que sustentariam a memória coletiva dentre tantas escolhas possíveis. A opção pela arquitetura foi interpretada como uma derivação do modelo patrimonial francês estabelecido em 1830 e visto como uma das práticas preservacionistas mais eficientes da Europa (CHOAY, 2009). Foi a perspectiva francesa que também influenciou os tombamentos das edificações monumentais, e a escolha de bens isolados como igrejas, mosteiros e edificações públicas de grande porte (FONSECA, 2009).

O patrimônio nacional procurava representar a nação coesa, unificada e centralizada, com objetivo claro de estabelecer a consistência da identidade nacional e construir, a partir desses objetos, uma identificação social que fosse, antes de tudo, comum a todos. Essa pretensa identidade nacional edificada nos círculos modernistas selecionou o período colonial como o momento histórico em que se forjou a identidade nacional, baseada na miscigenação dos povos, ou seja, a principal característica da identidade brasileira era a união do europeu, com o nativo e o africano.

É possível apontar que a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1967 poderia promover a reorientação de valores, com relação à postura tradicional do SPHAN. Entretanto, pode-se afirmar que o CONDEPHAAT, basicamente, manteve os mesmos critérios para a prática preservacionista durante sua primeira década de atuação. De acordo com Paulo César Garcez Marins, o estado de São Paulo, dentro dos parâmetros do SPHAN, sofreu uma exclusão, uma vez que a paisagem da economia cafeeira, herdada pelas cidades paulistas, fora deixada de lado perante o cânone colonial (MARINS, 2008). As pequenas oscilações dos padrões exercidos pelo Estado Novo aconteceram entre as décadas de 1970 e 1980, quando alguns bens arquitetônicos neoclássicos do século XIX e ecléticos das primeiras décadas do século XX foram protegidos. Inserido num contexto de grande transformação da cidade de São Paulo, em termos demográficos, de padrões comportamentais e espaciais, a criação do CONDEPHAAT trazia a motivação de contrapor os cânones estabelecidos pelo SPHAN e, nesse sentido, defrontava com as novas demandas sociais emergentes nas décadas seguintes. Portanto, se nas suas primeiras iniciativas o CONDEPHAAT dedicou-se a preservar os bens coloniais, depois os da expansão cafeeira e experiências imigrantes, a partir da década de 1980 edificações referentes ao neoclassicismo, à arquitetura ferroviária e ao ecletismo passaram a ser preservadas (IDEM).

Dentro do esforço que engloba a análise das práticas de preservação de memórias no Brasil, de maneira geral e, em particular, no estado de São Paulo, o próximo tópico busca identificar e analisar as práticas patrimoniais aplicadas no bairro da Luz, na cidade de São Paulo relacionando-as às questões nacionais.

Reconhecendo as tramas que englobam os agentes responsáveis pela seleção e elaboração do patrimônio cultural, é possível entendê-lo como lugar de conflito, e os aspectos micros e macros da política e da prática de preservação nesse território podem ser utilizados para a reflexão de um processo maior, de esfera estadual ou nacional. Como veremos, durante as análises dos documentos de tombamento da região da Luz, a preservação se deu através dos tombamentos das edificações monumentais e foram fundamentadas nos critérios da história da arquitetura, se referindo à figura de Ramos de Azevedo – grande arquiteto que promoveu o estilo eclético na cidade – e na memória das ferrovias. O reconhecimento do bairro da Luz como centro histórico se deu num segundo momento do CONDEPHAAT, a partir da

década de 1980. Naquele momento, as edificações em estilo eclético e neoclássico, bem como a memória da ferrovia passaram a ser objetos da preservação estadual com maior ênfase.

A trajetória:Do zoneamento restritivo à conservação de edificações “monumentais”

De acordo com as fontes consultadas, podemos afirmar que entendimento do papel singular e histórico do bairro da Luz para o contexto metropolitano se cristalizou primeiramente dentro do pensamento urbanístico a partir da década de 1970 e se manifestou a partir de políticas de zoneamento urbano (SÃO PAULO, 1972). Desse modo, a primeira prática de preservação adotada para o conjunto urbano da região da Luz foi o Zoneamento Urbano, aplicada pela municipalidade e governo do estado em parceria após o decreto de 1974, que transformou a região da Luz em território de Uso Especial. Nesse decreto foram atribuídas à área uma série de normas e limites para o uso do solo, demarcando o desenvolvimento urbano que aconteceria na região a partir de então (SÃO PAULO, 1973). No decorrer do século XX, houve um processo acelerado de urbanização aos moldes modernos e se cristalizou como prática ao preservar os monumentos isoladamente dentro do tecido urbano, ou seja, não era considerado seu entorno e bastava, então, preservar o objeto.

A arquitetura do século XIX, ela mesmo resultado de uma lógica arquitetônica de substituição do antigo, foi uma das mais afetadas por esse espírito em São Paulo, pois até o surgimento do instituto de proteção ao patrimônio cultural do estado, manteve-se fora do roteiro escolhido para representar a memória nacional, a proposta que vingava até então estava baseada na Carta de Veneza de 1964, que conduziu uma ação preservacionista das edificações exclusivamente, em um momento de intensa transformação dos centros históricos das grandes cidades, pois bastava garantir a perpetuação, deslocada de contexto, das amostras arquitetônicas como testemunhas de uma era superada.

As políticas de zoneamento urbano traziam a reflexão dessa primeira tradição, que ao invés de conservar monumentos isolados propunham a preservação por zonas. Estes especialistas viam suas cidades crescerem e se transformarem e então, a própria disciplina passou a incorporar a preservação dos centros históricos em seus

projetos. Nessa marcha, os zoneamentos ganhavam força e se tornaram uma prática preservacionista, pois, impediam que regiões de interesse histórico fossem engolidas pelo processo de urbanização.

Na década de 1970, a primeira Lei de Zoneamento da cidade de São Paulo proporcionou para a região da Luz um “congelamento do bairro” e o Zoneamento Urbano de 1974 foi baseado, principalmente, nas características histórico-culturais das regiões (DE CERQUEIRA CESAR, 1977). Na Luz, influenciados pelas obras do metrô que estavam em andamento naquele momento e trariam novos investimentos do mercado imobiliário para a região, o zoneamento impediu investimentos no bairro para a manutenção de seus edifícios históricos. A região que há tempos estava alheia ao desenvolvimento urbano, principalmente pelo processo de degradação e decadência que havia se intensificado desde a instalação da Estação Rodoviária na década de 1960, permaneceu a partir de então, isolada da oportunidade de crescimento.

No início da década de 1960, foi instalada a primeira Estação Rodoviária da cidade de São Paulo, na Praça Júlio Prestes, em frente à estação com o mesmo nome, durante a gestão de Adhemar de Barros. A inauguração da rodoviária aconteceu em 25 de janeiro de 1961 e desde então, a localização da estação rodoviária sofreu críticas por trazer para a área criminalidade, poluição e trânsito. No dia da inauguração o jornal *O Estado de São Paulo* escreveu: “A estação rodoviária foi mal estudada quanto a sua localização. A praça Júlio Prestes não apenas é pequena, como principalmente está rodeada de ruas estreitas imprestáveis para oferecer ao tráfego um índice de vazão pelo menos razoável” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960). Tal fato concentrou mais movimentação automobilística no bairro. Ao longo da década de 1960, a frota de veículos cresceu muito em São Paulo e inundou o centro, pois desde a década anterior, vinha ocorrendo uma radical expansão do modelo rodoviário na cidade¹.

Em São Paulo, a década de 1970 representou fielmente o que foi descrito como “milagre econômico” dentro de uma narrativa exposta pelos poderes do período da ditadura civil-militar. A cidade cresceu muito e viu uma transformação em sua paisagem. A verticalização tinha sua expressão mais intensa na Avenida Paulista. Os

¹Foi a partir da década de 1960 que começaram a ser relatados os furtos, a concentração de prostituição e moradores da rua na região, segundo várias narrativas que se debruçam em lembrar a memória da Estação da Luz e entornos. Esse foi o momento que Luz começou a ser popularmente conhecida como a “Boca do Lixo”, uma referência às tipologias que circulavam em suas calçadas. Além disso, o local também passou a receber a boemia da cidade, bares e botecos atraíram toda sorte de gente, dos que chegavam iludidos pela oportunidade de melhorar de vida – que neste momento multiplicaram, assim como a desigualdade social.

anos 70 do século XX marcaram o deslocamento das elites para a Paulista e Jardins. As vidas cultural, econômica e política da cidade se amontoavam num mesmo espaço onde, até então, conviviam os camelôs, os cortiços, os escritórios, os ambulantes e as sedes das grandes empresas. Esse processo de transição segregaria algumas funções e faria emergir um novo núcleo urbano em torno da Avenida Paulista. A região da Luz, por exemplo, assim como os locais mais tradicionais da cidade, como a Sé e República, passaram por um processo de marginalização. No caso da Luz, depois do zoneamento, a estrutura histórica esteve protegida, no entanto, impedida de receber investimentos, passou por um processo de deterioração da sua paisagem urbana.

Foi no contexto dos anos 1980, marcado pela aproximação entre a sociedade e o Estado, através das lutas sociais e da descentralização política com término da ditadura civil-militar, que os tombamentos, seguidos por projetos de revalorização da região da Luz começaram a emergir. Destacou-se, naquele contexto, a atuação da Secretaria de Cultura do Estado, procurando democratizar o acesso às instituições e trazer um novo público para a área.

Em São Paulo, os empreendimentos culturais foram caracterizados como elementos de função “revitalizadora” da cidade. Os denominados “centros históricos” encaravam uma situação de degradação desde que o processo de deslocamento para regiões a oeste se iniciou. Desse modo, se estruturou, dentro das políticas culturais do Estado, a associação entre cultura, patrimônio cultural e revitalização urbana. Veremos adiante, a partir da documentação selecionada, como se desenvolveram na área da Luz o processo de preservação dos seus monumentos isoladamente e depois do zoneamento urbano, quais foram as tendências que imperaram.

As memórias do bairro da Luz que os agentes do patrimônio escolheram e outras que deixaram de escolher

A região da Luz é um espaço que manteve um grande acervo de imóveis monumentais e edifícios públicos, mesmo diante de todo o processo de degradação e decadência que sofreu, a partir dos anos 1960. A preservação de sua memória refletiu uma paisagem urbana fundamentada em dois episódios da história da cidade e de seu crescimento urbano. Uma entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando o principal caminho que conectava ao centro era o “caminho do Guaré” ou “do Guarapé”

- essa região passou a abrigar instituições militares e religiosas. E outra ao fim do século XIX quando o enriquecimento gerado pela economia cafeeira levou à implantação das linhas ferroviárias na região e propiciou a chegada da elite cafeeira, responsável pela nova infraestrutura urbana e pela construção de edificações em estilo eclético até meados do século XX (DE MATOS, 1974; LANGENBUCH, 1971; REIS FILHO, 2004; MOSQUEIRA, 2007; (TOZI, 2007).

Através da *Tabela 1*, abaixo, fica exposto quais são os bens tombados no bairro da Luz, seu ano de tombamento, qual o órgão responsável pelo tombamento, o endereço do imóvel protegido e seu uso atual.

Tabela 1: Patrimônio Cultural no bairro da Luz (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN ou SPHAN, dependendo da data do tombamento e CONDEPHAAT)

Ano	Órgão	Bentombado	Usoatual
1943	SPHAN	Mosteiro da ImaculadaConceição da Luz	Religioso/ Cultural
1969	SPHAN	Acervo do Museu de Arte Sacra	Cultural
1972	CONDEPHAAT	Quartel da Luz	AdministraçãoPública
1979	CONDEPHAAT	Mosteiro da ImaculadaConceição da Luz	Religioso/ Cultural
1980	CONDEPHAAT	Vila Economizadora	Infraestruturaurbana/ Residencial
1981	CONDEPHAAT	Jardim da Luz	Lazer/ Infraestruturaurbana
1982	CONDEPHAAT	Acervo do Museu de Arte Sacra	Cultural
		Estação da Luz	Infraestruturaurbana
		Pinacoteca do Estado	Cultural
1984	CONDEPHAAT	Igreja de São Cristóvão	Religioso
1985	CONDEPHAAT	Portal de pedra do antigoPresídioTiradentes	Monumento

1996	IPHAN	Estação da Luz	Infraestruturaurbana
1999	CONDEPHAAT	Prédio da Sorocabana – Antigo edifício DOPS	AdministraçãoPública
		Estação Júlio Prestes	Infraestruturaurbana/ Cultural
2000	IPHAN	Conjunto Histórico da Região da Luz (CHRL)	Histórico
2003	CONDEPHAAT	Conjunto da AntigasInstalações da Escola Politécnica da USP	Histórico/ AdministraçãoPública

Nos anos do SPHAN, durante o Estado Novo, em que Mário de Andrade esteve atuante na instituição presidida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o órgão havia tombado 17 bens no Estado de São Paulo (MARINS, 2008). Diante do número de edificações preservadas em estados como Minas Gerais e Bahia, o quantitativo de tombamentos em São Paulo pode ser considerado pouco expressivo. Em terras paulistas entre 1938 e 1967, segundo o artigo citado de Paulo César Garcez Marins, os tombamentos executados significaram apenas 6,0% de todo o esforço dedicado pelo SPHAN, enquanto Minas Gerais totalizou 23%, Bahia 19% e Pernambuco 8,1%.

Nesse período de atenção foram tombados em São Paulo, basicamente, edificações do período colonial, entre elas o Mosteiro da Luz, tombado em 1943. Essa foi a primeira ação do SPHAN na região da Luz. Como é possível perceber através da tabela acima, o órgão federal de preservação do patrimônio passou um longo período sem atuar naquele bairro. Somente em 1969, ocorreria novo tombamento federal no bairro da Luz, com proteção da coleção do Museu de Arte Sacra, localizada no Mosteiro já protegido desde a década de 1940. Após essas ações, já como IPHAN, preservou isoladamente o edifício da Estação da Luz e nos anos 2000, circunscreveu uma região urbanística do bairro como “Centro Histórico da Região da Luz”, pelo seu caráter histórico e cultural.

Com relação a atuação do órgão estadual, a primeira iniciativa no bairro da Luz foi o tombamento do Quartel da Luz (processo aberto no ano de 1969, durante o período da ditadura civil-militar) concluído em 1972. Até o tombamento da Vila

Economizadora na década de 1980, seguiu-se selecionando além do Jardim da Luz, as edificações em estilo eclético e neoclássico, projetadas pelo escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo e representantes das elites econômicas e políticas. O Condephaat utilizou critério de valor artístico e arquitetônico para as preservações, mas os bens foram inscritos no Livro do Tombo Histórico, com justificativas que ressaltavam a história da arquitetura eclética, as técnicas empenhadas, a importância de Ramos de Azevedo e o progresso de São Paulo. O engenheiro-arquiteto símbolo da arquitetura moderna paulistana [eclética] atuou amplamente na região e chegou a receber depois de sua morte um monumento em sua homenagem, na década de 1930, na Avenida Tiradentes, importante logradouro da cidade de São Paulo².

É importante ressaltar que a partir do estudo dos documentos dos processos de tombamento do bairro da Luz, em São Paulo, não se optou por discorrer a respeito do caráter operário que o bairro tomou no princípio do século XX. Na década de 1980, o tombamento da Vila Economizadora significou um rompimento de tradição. À luz das ações patrimoniais, esse caso trouxe novas questões que condiziam com a trajetória histórica de São Paulo, suas complexidades e exclusividades. A questão das moradias populares no bairro da Luz foi importante para evidenciar uma memória que ficou à sombra das narrativas do patrimônio histórico da região, tão apegadas ao ecletismo arquitetônico, representação de um período áureo e memória das ferrovias. Se pensarmos nos tombamentos empreendidos, observaremos que eles aconteceram obedecendo um critério que se aproximava mais da História da Arquitetura, pois foram aplicados argumentos que privilegiaram as inovações técnicas que envolviam a edificação, o estilo empregado e até mesmo o personagem responsável pela execução. Nesse sentido, se afastaram da tradição conservada pelo SPHAN, insistentemente apegada ao neocolonial e ao barroco, mas se aproximaram das ações

²Erguido em 1934, foi removido do local original sob a justificativa de que "atrapalhava o trânsito" segundo a notícia do Estado de São Paulo do ano 1967, porque "ficava no meio do trajeto atrapalhando a ligação da Avenida Tiradentes com o Vale do Anhangabaú" 228. O monumento estava próximo de outros prédios construídos pelo escritório de Ramos de Azevedo em estilo eclético e neoclássico, que se encontram dispostos na mesma avenida, como o Quartel de Polícia da Luz, a Pinacoteca do Estado (1900) o qual foi um dos fundadores e o primeiro diretor, e o antigo Edifício da Escola Politécnica, marcando simbolicamente o espaço onde o arquiteto atuou largamente. Foi removido da dita avenida em 1967 e esteve abandonado por um período extenso no Jardim da Luz, desmontado, até ser replantado na Universidade de São Paulo em 1973. Ramos de Azevedo foi autor de outras obras que se destacavam na paisagem paulistana, bastante reverenciadas nesses tempos: O Tetro Municipal (1911), a Escola Normal (1884), Palácio das Indústrias (inaugurado em 1924) e o Grupo Escolar Rodrigues Alves (1919) entre outras obras públicas que vão de escola, hospital a prisão. O mesmo projetou ainda muitos casarões para a classe alta paulistana na Avenida Paulista e Angélica, hoje demolidos. A Casa das Rosas, última obra de Ramos de Azevedo realizada em 1928 foi a única obra sobrevivente na Av. Paulista. Essas e outras obras tiveram importância e destaque na sociedade paulistana, mas foram demolidas principalmente em uma outra fase moderna que a cidade passou principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando surgiram novas demandas urbanas e um processo de verticalização. Na década de 1950 e até mesmo antes, muitas construções e principalmente muitos casarões projetados por Ramos de Azevedo foram levados abaixo, a especulação imobiliária crescente tornava o modelo de cidade que se projetava incompatível com esses projetos, que ocupavam áreas em um momento de valorização em regiões que se tornavam cada vez mais qualificadas.

do órgão federal no modo de fazer. Optou-se por valorizar o viés arquitetônico que analisa a elaboração da edificação em determinado contexto e não seu relacionamento com a sociedade em questão.

Em particular, o processo da Vila Economizadora evidenciou outras memórias a respeito do bairro da Luz: memória imigrante e do operariado paulistano. A partir desse processo de tombamento, observamos a seletividade da narrativa, que priorizou uma memória elitista e, por outro lado, provocou o esquecimento de outra face da Luz. Há que se considerar, entretanto, outra nuance importante desse contexto. Os trabalhos do CONDEPHAAT revelam a importância dos estudos históricos, uma vez que, o sucesso dos tombamentos na região da Luz está diretamente relacionado à participação ativa da Universidade de São Paulo (USP), através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Por volta dos anos 1980 segundo Márcia Chuva (CHUVA, 2009), houve um movimento de diversos setores da sociedade para promover memórias particulares. Entidades da sociedade civil como associações de bairro e até mesmo empresas públicas e privadas se organizaram para “resgatar” ou “recuperar” memórias e identidades (IDEM). Além da emergência de memórias que ficaram sem receber reconhecimento durante um espaço temporal, como no caso da Vila Economizadora pela técnica imigrante empenhada na tipologia popular; algumas empresas organizaram narrativas sobre a origem do telefone, da eletricidade e outros, neste caso por exemplo, a Rede Ferroviária Federal investiu na manutenção de uma memória da ferrovia e atribuiu a isso uma significação especial em relação à história da cidade e do bairro da Luz.

A região da Luz recebeu por meio de tal narrativa, grande atenção por supostamente estar atrelada à história da implementação das ferrovias, tanto no século XIX com a construção da via que ligava Santos a Jundiaí e a Estação da Luz, como no século XX com as estradas ferroviárias da Sorocabana que resultaram na edificação da Estação Júlio Prestes. Durante o tombamento da Estação da Luz houve algumas divergências entre o CONDEPHAAT e a própria instituição, sendo que o estudo foi aceito em 1976, mas concluído apenas em 1982. A proposta de tombamento veio em decorrência da reforma operada no edifício naquele momento, tanto na gare quanto para a instalação do metrô (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1976).

Esse processo de tombamento contém muitas sutilezas a respeito da dificuldade de se gerir um patrimônio público que participa ativamente da vida social em São Paulo. A Estação da Luz era responsável a partir da década de 1940, depois da reforma devido ao incêndio, por levar para as regiões do subúrbio milhares de pessoas todos os dias e após a integração com o metrô, sua importância dentro da lógica do transporte público só aumentou. As obras na gare chegaram a ser embargadas pelo próprio CONDEPHAAT, mas este ato foi completamente ignorado pela Rede Ferroviária Federal que acabou envolvendo o IPHAN no caso. O órgão federal deu total poder de decisão ao CONDEPHAAT e declarou que a Estação da Luz não tinha significado para a história nacional sendo o poder de decisão do próprio estado de São Paulo:

Trata-se de um conjunto de valores artísticos, históricos e paisagísticos de expressão regional, que o elegem como peça indispensável do acervo cultural do Estado de São Paulo. Entretanto a Estação não se vincula a fatos memoráveis da história brasileira e nem dotada de excepcional valor artístico, não possuindo portanto aquelas qualidades que motivassem o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IDEM).

O IPHAN apoiou o tombamento através da ação do Condephaat, acrescentando que não existia justificativa para que ocorresse o tombamento em nível federal. Ou seja, a instituição fortaleceu a ação do conselho estadual, mas ao mesmo tempo desqualificou o bem como patrimônio nacional naquele momento.

Para o processo de tombamento da Estação da Luz fica explícita a posição do CONDEPHAAT, que defendeu que o instrumento de proteção não teria função imobilizadora do bem e que o uso regular do patrimônio é fator de conservação e valorização. Já estavam anunciadas a integração à rede ferroviária e a necessidade de outras obras para a adaptação da Estação à multiplicação de usuários.

O caso da Estação da Luz trouxe uma alusão de como a questão do patrimônio edificado é encarada como um entrave à adaptação da estrutura urbana e às novas demandas na cidade de São Paulo. Para a Estação da Companhia de Trens Metropolitanos de São Paulo, a Júlio Prestes, o processo de tombamento não envolveu esse tipo de discussão porque estava atravessado por outra intenção. O edifício da antiga Estação Sorocabana – ou prédio do antigo DOPS – e a Estação Júlio Prestes estavam inclusos no processo de tombamento de uma série de edificações no bairro Campos Elísios através do processo de nº 24506/86 (SECRETARIA DE

CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO,1986). Elaborou-se a narrativa que demonstrava ser esse o primeiro bairro organizado da cidade de São Paulo: reticulado e regular, com núcleo arruado e loteado pelo suíço Frederico Glette e o alemão Victor Northman. Além da condição histórica que reverberou a história da arquitetura e do urbanismo, é trazido como argumento o contexto do fim do século XIX, quando foi levantado como um bairro de moradia elitista proveniente da economia do café em expansão. O bairro Campos Elíseos mantém fronteiras com o bairro da Luz e sofreu uma significativa mudança a partir dos anos 1930, quando a região da Luz passou a abrigar setores comerciais, instalações para imigrantes, hotéis para os viajantes. Em consonância a este movimento, novos bairros próprios das elites foram surgindo mais afastados das linhas férreas e automaticamente, os palacetes nos Campos Elísios foram aos poucos, abandonados.

O edifício da estação em questão foi separado do conjunto dos edifícios tombados neste processo e, mais tarde, para seu tombamento exclusivo gerou-se um novo processo de nº 36990/97. Neste momento a Júlio Prestes já estava sendo restaurada e reformada para se tornar um complexo cultural no bairro da Luz. Desse modo, percebemos que o tombamento veio de modo estratégico. O Complexo Cultural Júlio Prestes foi inaugurado no ano de 1999 como parte do projeto de revitalização para a área Pólo Luz. A Sala São Paulo objeto do programa citado, se tornou a sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, avaliada como uma das melhores acústicas do mundo. Também se instaurou neste complexo a Secretaria de Cultura do Estado e a plataforma de embarque e desembarque de passageiros onde se concentra a função original do prédio continuou funcionando, mas em ritmo muito reduzido. O tombamento da Estação Júlio Prestes envolveu a memória das ferrovias e a sua importância para a economia paulistana, no entanto, seu processo de tombamento não incluiu um estudo histórico. Mesmo o edifício tendo sido inscrito no Livro do Tombo Histórico, o caráter do seu tombamento também é arquitetônico e paisagístico segundo a minuta. Entretanto, seu valor arquitetônico e sua monumentalidade acabam sendo mais valorizados do que as razões históricas relacionadas à sua construção, não havendo nenhuma pesquisa que pudesse preencher esse campo. A resolução de tombamento emitida no ano de 1999, expôs mais uma vez a arbitrariedade na inscrição no Livro de Tombo Histórico, quando o conteúdo do discurso era valorização da arquitetura e técnica aplicada, sem levar em consideração conjunturas históricas ou relações sociais:

Fica tombado como bem cultural de interesse arquitetônico e histórico o edifício da “Estação Júlio Prestes” localizado na Praça Júlio Prestes, projetado para a “Estrada de Ferro Sorocabana”, em 1925 pelos arquitetos Samuel e Christiano Stockler das Neves, sua arquitetura neoclássica, inspira-se em estações americanas da época. A estação, projetada para terminal de passageiros, tem dimensões monumentais e foi concluída em 1938. Sua implantação e proximidade com a Estação da Luz e o prédio do antigo DOPS fazem deste edifício, um elemento de importância na revitalização da área central da cidade. É ocupado atualmente pela Secretaria de Estado da Cultura que instalou no pátio interno do edifício a “Sala São Paulo”, auditório da OSESP, Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997).

O que parece ter motivado o tombamento além da “monumentalidade” do edifício, foi sua localização estratégica dentro de um plano que envolvia a região da Luz, sendo, inclusive, citado acima a importância desse edifício para a revitalização da área.

O edifício do DOPS (Departamento de Ordem e Política Social) originalmente construído como sede da Estrada de Ferro da Sorocabana, por sua vez, foi incluso na tendência demonstrada acima, registrado no Livro do Tombo Histórico e evidenciado dentro de seu estudo de tombamento com importância arquitetônica. As menções à História foram demasiadamente rasas e se concentraram em oficializar uma memória da Rede Ferroviária Federal, apesar de ter sido um edifício com papel central, de punição e violência dentro do regime de repressão (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1999).

Uma das dificuldades enfrentadas no tratamento do patrimônio material no Brasil, lideradas pelos arquitetos, advém justamente da noção tradicional de patrimônio histórico que ainda prevalece: são as construções materiais de caráter excepcional, assim consideradas por critério artístico. Nesse aspecto, o órgão priorizou a monumentalidade do edifício, um exemplar eclético e se concentrou em dialogar com a memória da Rede Ferroviária Federal, valorizando a memória da ferrovia e sua importância para a cidade, chegando inclusive a propor uma espécie de galeria com respeito à história das ferrovias em São Paulo, conectada com a economia cafeeira e um momento áureo do bairro da Luz.

O prédio do DOPS foi projetado em terreno da São Paulo Railway; foi cedido por 76 anos para a Estrada de Ferro Sorocabana, que ali instalou seu armazém central, em 1914, e o ocupou até 1939, quando a Sorocabana desocupou o edifício para a instalação da Secretaria de Segurança Pública. A partir de 1942, o prédio abrigou a sede do

DOPS em conjunto com a Delegacia de Explosivos, Armas e Munições – instalada no edifício em 1940 – e a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública (antiga Secretaria de Segurança Pública), ainda sob a presidência de Getúlio Vargas. O departamento foi um órgão representativo da política que, por décadas, perseguiu os “indesejáveis”, conforme essa categoria foi evoluindo, e determinou o destino de milhares de pessoas, brasileiros e estrangeiros, já que o órgão era também responsável por relações internacionais em cenários políticos distintos, envolvendo nações igualmente distintas. Em 1984, o local deixou de ser a sede do DEOPS e passou a abrigar a DECON - Delegacia do Consumidor e o DEPAD – Departamento de Polícia Administrativa: houve, portanto, uma mudança radical na natureza do novo órgão que o prédio passou a abrigar, pois, ao invés de perseguir e investigar cidadãos “indesejáveis” foi criado para defender seus direitos. Aconteceu, neste caso, uma reviravolta da história! (IDEM)

Para atrelar ao modo como se trabalhou com a memória da ditadura civil militar no Brasil, é interessante somar à análise do tombamento do antigo prédio do DOPS o tombamento do Arco do Antigo Presídio Tiradentes, ocorrido em 1985. Nesse sentido, trazer os estudos de tombamento de edificações atuantes no período, é uma forma de refletir como a memória da Ditadura Militar e suas estruturas urbanas foram tratada na cidade de São Paulo. O tombamento do Portal do antigo Presídio Tiradentes foi a primeira iniciativa patrimonializadora da cidade de São Paulo que tocou na questão da memória da repressão política, o estudo de tombamento foi solicitado no contexto da entrega do Prêmio Vladimir Herzog, cujo objetivo era premiar profissionais da imprensa, e mais do que isso, perpetuar e reverenciar a memória do mesmo, um jornalista morto e torturado pela perseguição política no ano de 1975 (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1984). O pedido para tombamento do Portal do Presídio foi movido pela iniciativa do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo Profissionais no Estado de São Paulo no dia 10 do mês de outubro do ano de 1984, solicitando que este resquício da edificação original fosse tombado e em seguida, considerada como Monumento Público

O texto do estudo de tombamento estava engajado na perpetuação da memória da repressão, principalmente porque o momento da proposta era o contexto do fim da ditadura. O tombamento do arco ganhou uma nuance libertadora, no sentido político, social e histórico. Diante do trabalho historiadora Sheila Schvarzam, responsável pela elaboração do relato histórico do Arco do Presídio, o estudo de tombamento do Arco trazia algo fundamentalmente novo por ser o primeiro tombamento que se referiu à memória da ditadura, esse foi um trabalho desafiador e ao contrário de todos os estudos de tombamento que lemos para esse trabalho, houve um trabalho de

historiador, com fôlego e método. Se compararmos por exemplo com os documentos do processo de tombamento do antigo edifício do DOPS, que aconteceu ao fim da década de 1990 observamos que neste segundo caso não houve um estudo que procurou debater com a memória histórica e social da edificação. Foi escolhido voluntariamente priorizar o sentido técnico e arquitetônico da construção. Perdeu-se a oportunidade de discutir sobre um momento importantíssimo, sendo que um estudo mais profundo, a decisão de se criar um memorial aos presos políticos nas celas preservadas do edifício, entretanto, foi um ponto de acerto frente a toda ausência de debate acerca do tema. Esse projeto foi exposto através de recortes de jornal anexados ao corpo do processo.

Ressalte-se que, no Brasil, a recuperação factual sobre a repressão política empreendida durante a ditadura, assim como a reflexão sobre os sentidos desse passado permanecem inconclusas. A despeito dos esforços empenhados pela Comissão Nacional da Verdade, que fundamentalmente sistematizou as informações já existentes sobre o período ditatorial (CNV, 2014), falta-nos um levantamento exaustivo sobre as pessoas assassinadas ou punidas por razões políticas, as circunstâncias de tais crimes e seus responsáveis. /A negação do direito à verdade e à justiça, assim como as limitações existentes nas políticas de reparação relativas ao passado recente têm dificultado ou impedido a articulação e transmissão das memórias desses anos de violência, fundamentais para a construção de um referencial crítico sobre o período. A transição brasileira para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes, pautada pela conciliação entre as elites civis e militares, após se assegurarem de que não se remexeria profundamente no passado. Esse pacto limitou a apuração dos crimes da ditadura e a constituição das memórias sobre aquele momento. Não obstante, alguns atores sociais buscaram exibir marcas simbólicas e efetivas de rompimento com o período anterior, sistematizando e divulgando as denúncias dos crimes da ditadura, tendo em vista propostas e mecanismos de recuperação factual e judicial, bem como de memórias (TELES, 2005).

Para além daquilo que os aproxima, ambos tombamentos não se constituíram enfrentando os mesmos dilemas, desafios e situações. No entanto é importante salientar que por detrás dos tombamentos é importante a presença dos estudos históricos, pois isso enraíza a edificação ao seu contexto histórico-social-espacial. O importante nesse sentido para nós é avaliar não apenas as qualidades desses relatos, o tratamento da fonte e da bibliografia utilizada, mas qual caminho é escolhido para atestar sua importância histórica. O que vimos o CONDEPHAAT realizar através dos estudos históricos supostamente exigidos, é chancelar através destes a imponência arquitetônica de uma edificação e realizar os tombamentos por meio desse viés.

O bairro da Luz foi símbolo da modernidade quando era um espaço dedicado ao lazer no século XVIII. No século XIX, quando viu levantar em seu solo diversas edificações públicas de estilo eclético e a ferrovia e nas primeiras décadas do século XX, quando além da Estação da Luz recebeu a linha Sorocabana e o Liceu de Artes e Ofícios. Em termos gerais, são levantadas as qualidades arquitetônicas das edificações em todos os estudos históricos anexados aos documentos e os tombamentos são todos inscritos no Livro do Tombo Histórico³. Isso revelou uma arbitrariedade com relação à inscrição dos bens nos livros, pois, apesar de inscreverem nos livros responsáveis pelo valor histórico, justificam o tombamento pela técnica de construção e história da arquitetura. O que nos dá condição de avaliar, além disso, é a ausência da atuação de historiadores nos processos de tombamentos, o que evidencia a elaboração da memória do bairro por arquitetos.

Nos casos da Vila Economizadora, da Estação da Luz, da Pinacoteca, das instalações da antiga Politécnica, investiu-se mais em validar o valor arquitetônico das edificações de acordo com o momento em que foram levantadas, do que sua relação com a sociedade. Para a Vila Economizadora, as justificativas presentes nos documentos diziam respeito ao seu caráter de excepcionalidade. Foi preciso deixar evidente que por terem sido construídas pelos mestres de obra imigrantes, italianos, eram exemplares da arquitetura desfrutada e construída pelos operários. A Estação da Luz, em estilo vitoriano, inglês, trouxe peças importadas e foi uma obra que executou grandes inovações técnicas. A narrativa para a Pinacoteca, foi orientada no mesmo sentido: o primeiro edifício construído em tijolos e sustentado por colunas de ferro, se tornando assim, um exemplar histórico da arquitetura neoclássica empreendida por Ramos de Azevedo.

Foi no ano de 2000 que, reconhecidamente, o IPHAN dedicou maior empenho àquela área, quando foi aceito em instância federal o tombamento da região estabelecida por eles como Conjunto Histórico da Região da Luz (CHRL). A proposta do tombamento do CHRL foi defendida em agosto de 2000, através do parecer do conselheiro Nestor Goulart, também membro do CONDEPHAAT. A proposta de Nestor Goulart foi defendida na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, no Palácio do Capanema, presidida por Carlos Henrique Heck, então presidente do Instituto

³ No CONDEPHAAT constam cinco livros de tomo: I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; II - Livro do Tombo das Artes Aplicadas; III - Livro do Tombo das Artes; IV - Livro do Tombo das Artes Populares; V - Livro do Tombo Histórico. O que aconteceu na maioria dos casos analisados aqui foi que os bens tombados são registrados unicamente em um dos livros, mesmo quando este cabe em mais de uma categoria.

mencionado. Nesta reunião, além da discussão sobre o tombamento deste conjunto, decidiu-se favoravelmente pela instituição do Patrimônio Imaterial, grande marco na prática patrimonial do Brasil.

O projeto incluía os bens que constavam no parecer de Nestor Goulart e se tratava do patrimônio cultural em nível estadual e edificações privadas tombadas pelo estado e município: o Jardim da Luz, criado em 1798 e construído em 1828; a Pinacoteca do Estado, antigo Liceu de Artes e Ofícios, projetado por Ramos de Azevedo e iniciado em 1897; Edifício Paula Souza, antigo pavilhão dos Laboratórios Gerais da Escola Politécnica, projeto de Ramos de Azevedo edificado entre 1895 e 1898; Edifício Ramos de Azevedo, antigo Gabinete de Eletrotécnica da Escola Politécnica, projetado por Ramos de Azevedo, edificado em 1920, sobre obras iniciadas em 1908; Quartel da Luz, projeto de Ramos de Azevedo, iniciado em 1888 e concluído em 1892; Antigo Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana, projeto de Ramos de Azevedo, inaugurado em 1914 (edifício onde funcionou o DOPS); Hotéis Federal Paulista e do Comércio, com data de construção e autor desconhecidos, construídos no final do século XIX; Hotel Queluz, com autor do projeto desconhecido e data de 1903 em sua fachada; o edifício da Estação da Luz, já tombado pelo IPHAN, cujo tombamento seria reiterado como parte integrante do conjunto, bem como a chamada Vila Inglesa, situada à Rua Mauá n^{os}. 836 a 846 (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000). Sob a presidência de Carlos Henrique Heck, o Conselho ainda salientou que seria cabível acrescentar ao Conjunto a edificação do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, o Museu de arte Sacra (acervo), a Igreja de São Cristóvão e o prédio da Estação Júlio Prestes.

No parecer ficou clara a posição do conselho em tombar o conjunto por seu “valor artístico”, evitando a discussão do seu “valor arquitetônico” por se tratar de um grupo de edifícios de caráter heterogêneo e de um jardim com peças de mobiliário também em caráter eclético. O DEPROT/RJ incluiu nos laudos do processo alguns documentos técnicos e um parecer do historiador Alder Homero Fonseca de Castro, no qual se elaborou a narrativa de pautou o tombamento do conjunto. No parecer se demonstrou que o perímetro previsto era o mesmo demarcado para o Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano⁴, mas que envolvia muitos edifícios sem interesse histórico

⁴ O Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural, iniciativa do Iphan/MinC e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e do Município, com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento foi o projeto que antecedeu e deu base para as propostas do Programa Monumenta. O Programa incluía investimentos em recuperação, conservação e restauro do patrimônio construído, formação de mão de obra especializada, fortalecimento institucional, publicidade e mobilização comunitária, visando principalmente, a reabilitação estrutural e funcional do conjunto urbano

ou cultural, mas sem definições claras das delimitações espaciais, ficava pouco definido o critério estabelecido da valoração conjunto. Desse modo foi indicado por Adler Homero que o tombamento do conjunto deveria ser feito tendo em vista o interesse histórico desses edifícios, segundo a ata da reunião do Conselho:

Muito prudentemente, o parecer evita discutir o valor arquitetônico desses bens culturais, vale dizer o seu valor artístico. No caso trata-se de um conjunto de edifícios de caráter eclético e de um jardim com peças de mobiliário também de caráter eclético, o que conduz, no parecer, a uma discussão, igualmente prudente, da possibilidade de serem incluídas em processos de tombamentos obras de caráter eclético em contraste com as diretrizes que vigoravam no IPHAN, em sua origem. (...) Mas em nenhum dos casos foi feita a recomendação par ao tombamento em função das características de valor arquitetônico. O parecer destaca a importância, nesse conjunto, das obras do arquiteto Ramos de Azevedo, como destaca a importância desse arquiteto na história de São Paulo. Mas o tombamento é proposto com base na importância histórica do conjunto (IDEM).

Apesar do sumário apontamento a respeito da revisão que se fez na tradição do IPHAN que expressou grande resistência em exercer tombamentos que fugissem do roteiro do colonial, e o quanto era simbólico para a reorientação da instituição a preservação proposta, a indicação manifestada é a inscrição do CHRL no Livro do Tombo Histórico, findando a discussão e demarcando a estética arquitetônica dos edifícios como argumento secundário para o tombamento. Mantendo-se dessa forma o eixo argumentativo da proposta fundamentado na importância da região para o desenvolvimento econômico da província e depois do estado de São Paulo, no final do Império e ao longo da Primeira República, com a economia do café, a imigração e a industrialização. A utilização do termo “conjunto urbanístico” foi utilizada nesse sentido, ressaltando o valor dos edifícios e jardim enquanto um grupo com referências a um espaço-tempo da história paulistana, pois se analisados separadamente as edificações não representam valor nacional de acordo com o parecer citado. Para além dessa questão, a reunião de obras assinadas pelo escritório de Ramos de Azevedo teve presença dentro do parecer, que incluiu todos os prédios em que arquiteto teve participação. É importante apontar, no entanto não reduzir, que a prática de preservação apesar de brevemente ter citado o debate, determinou que as edificações da região da Luz – que possuem uma característica heterogênea e com exemplares do Eclétismo paulistano – não possuíam valor artístico adequado ao

da Luz, retomando e articulando os projetos de restauração e conservação de imóveis históricos singulares, representantes da história do bairro.

critério do IPHAN, desse modo, repetiu-se a inscrição de bens determinados como secundários dentro do critério das Belas Artes no Livro do Tombo Histórico.

Desse modo, foi elaborada uma identidade para o bairro, que correspondia ao momento de sua urbanização, no período relativo ao enriquecimento da cidade de São Paulo, proporcionado pela economia cafeeira e pelo primeiro ciclo industrial, ocorridos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. A demarcação do Conjunto Histórico da Região da Luz se mostrou uma peça importante dentro das políticas que tinham como eixo central a “sustentabilidade patrimonial”, que vinha se desenhando desde os anos 1990. Marcadas pela parceria entre financiamento público e privada, contando ainda com o capital estrangeiro, essa nova tendência que se desenhava dentro da preservação do patrimônio cultural urbano teve na região da Luz, o Programa Monumenta como maior representante de atuação. No caso em questão, o Programa de Reabilitação citado tinha como eixo de atuação o espaço onde residia a maior potencialidade cultural da Luz, já apontada em outros projetos urbanísticos preocupados com a recuperação do bairro, no entanto, o projeto buscava ampliar as linhas de atuação das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural urbano, redefinindo a organização espacial do bairro e sua integração no cenário metropolitano.

Desde os anos 1980 vários processos de tombamentos no bairro foram gestados em paralelo aos projetos de revalorização urbana pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, com características bastante emblemáticas e problemáticas. Mais tardiamente o Iphan voltou-se para as especificidades históricas da região nos anos 2000, esse investimento resultou no reconhecimento do Conjunto Histórico da Região da Luz pelo instituto nacional, e no interesse à aplicação do projeto para a revitalização da área em um convênio federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Representou ainda, um rompimento com a tradição do instituto pois, mesmo não atribuindo ao conjunto valor arquitetônico, deu aos exemplares ecléticos do bairro da Luz o estatuto de valor histórico. Essas situações demonstram que no bairro da Luz o interesse pela preservação de seu sítio histórico teve por interlocução, os projetos de planejamento urbano do poder público e iniciativa privada para requalificação do local.

Considerações finais

As narrativas reproduzidas nos processos de tombamento a respeito do bairro da Luz envolvem objetos representantes das elites paulistanas, como por exemplo a memória da ferrovia e como essa promoveu os tempos áureos da região. Os discursos aplicados nos estudos históricos dos processos de tombamento foram utilizados para sustentar uma identidade de “centro histórico”. Obviamente, diversos são os caminhos, mas em geral, os discursos frisaram um período áureo, quando os Campos Elíseos, bairro vizinho ao bairro da Luz, ainda era a região preferida para a residência dos empreendedores do café.

Na década de 1980, no contexto da maior parte dos tombamentos o bairro da Luz expressava uma realidade mais complexa, fruto do desenrolar da modernidade e do contato com as suas contradições. Essa conjuntura acaba sendo exibida nos processos de tombamento da edificação da Estação Júlio Prestes e antigo DOPS, já atrelados aos projetos de renovação urbana para a área. Tais documentações trazem questões expostas em recortes de jornais e revistas que abordam as relações contemporâneas com o bairro, um local atingido pelas novas condições das sociedades do fim do século XX.

Em São Paulo, a ação patrimonial reconheceu em fases mais recentes de sua história, valores outrora não considerados pelo IPHAN. Com a criação do órgão estadual de proteção ao patrimônio, o CONDEPHAAT, a prática patrimonial paulista passou a valorizar através do critério artístico, edificações de estilo eclético, mesmo que tenham sido inscritas no Livro do Tombo Histórico. De certo modo, rompeu com a tradição estabelecida pelo instituto nacional, que até o momento evitava tomar edifícios que seguiam esse aspecto estilístico, considerados sem valor artístico correspondente às raízes nacionais.

Averiguamos que o CONDEPHAAT, apesar de olhar para as especificidades paulistas, basicamente era composto de arquitetos e, dessa forma, priorizou a avaliação do bem dentro de uma perspectiva estética e completamente voltada para a História da Arquitetura e seus personagens marcantes, como foi Ramos de Azevedo para a região da Luz.

A construção da identidade do bairro da Luz como um centro histórico passou a acontecer paralelamente à “necessidade” de revalorização da área e foi alvo dos

planejamentos urbanos da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1980. As suas características monumentais e a presença marcante na paisagem urbana se tornariam úteis para trazer para a Luz uma narrativa de espaço cultural. Com a presença desses lugares de memória, elaborou-se oficialmente, uma nova identidade para o bairro.

Referências:

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. 3 vol. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1954. 1539p.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3a. Ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006. 282 p.

CHUVA, Márcia. *Arquitetos da Memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (1930-1940)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, 2009. 484 p.

DE CERQUEIRA CESAR, Roberto; FRANCO, Luiz Roberto Carvalho; BRUNA, Paulo Julio Valentino. *Área da Luz: renovação urbana em São Paulo*. Editora Perspectiva, 1977.

DE MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega Sociologia e Política, 1974. 135p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 3ª ed., 2009. 293 P.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: Arquitetura neocolonial no Brasil. *Revista de História Social*, Unicamp, Campinas, São Paulo, nº 6, p. 65-94, 1999.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Campinas, São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, No. 26, 1971. 527 p.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENEPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. P. 137-167.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Processo de Tombamento do Conjunto Histórico da Luz (CHRL), (Processo nº 1.463-T-00). Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Processo de tombamento do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, (Processo nº 0325-T-43). Rio de Janeiro: D.F, SPHAN. 1943.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. *Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo*: Projetos urbanos e estratégias de intervenção. 2007. 190 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NUNES, Luna Brum. *À sombra da Luz*. Patrimônio e usos da memória na paisagem urbana do centro de São Paulo. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Cidadania e Paisagens), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo, vila cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, Prefeitura de São Paulo, 2004. 260 p.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 11.106. Regulamenta as Leis nº 7805 de 1º de novembro de 1972 e nº 8001 de 28 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a divisão do território do município de em zonas de uso e regulam o parcelamento, uso e ocupação do solo e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo. São Paulo, SP, 28 jun, 1974. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1974/1110/11106/decreto-n-11106-1974-regulamenta-as-leis-n-7805-de-1-de-novembro-de-1972-e-n-8001-de-28-de-dezembro-de-1973-que-dispoe-sobre-a-divisao-do-territorio-do-municipio-em-zonas-de-uso-e-regulam-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 11/02/2018.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 7.805, de 1 de novembro de 1972. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo. São Paulo, SP, 3 nov. 1972. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1972/780/7805/lei-ordinaria-n-7805-1972-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 11/02/2018.

SECRETARIA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do antigo Edifício do DOPS. (Processo nº 38685/99), São Paulo: CONDEPHAAT, 1999.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do antigo edifício do DOPS (Processo nº 20.151/76). São Paulo: CONDEPHAAT, 1976.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento da Estação Júlio Prestes (Processo nº 36990/97). São Paulo: CONDEPHAAT, 1997.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de Tombamento do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz. (Processo nº 00365/73), CONDEPHAAT, São Paulo, 1979.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do Quartel da Luz. (Processo nº: 15268/69). São Paulo, CONDEPHAAT, 1972.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do Jardim da Luz. (Processo nº: 20236-77). São Paulo, CONDEPHAAT, 1981.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento da Igreja de São Cristóvão. (Processo nº 22078/82). São Paulo: CONDEPHAAT, 1982. P. 98.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do Edifício da Pinacoteca do Estado de São Paulo. (Processo nº 00215/79). São Paulo: CONDEPHAAT, 1979

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do Conjunto das antigas instalações da Escola Politécnica. (processo nº: 39843/00). São Paulo: CONDEPHAAT, 2000. Disponível em: <<http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/menu-identificacao-politecnica>> Acesso em: 19/07/2017.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento do bairro dos Campos Elísios (Processo nº 24506/86). São Paulo: CONDEPHAAT, 1986.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Tombamento do Portal do Antigo Presídio Tiradentes (Processo nº 04180/84). CONDEPHAAT, São Paulo, 1984.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento da Vila Economizadora (Processo nº 20213/77). CONDEPHAAT, São Paulo. 1977.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de tombamento da Estação da Luz. (Processo nº: 20097/76). São Paulo: CONDEPHAAT, 1976.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 390 p.

TELES, Janaina. Ditadura e Repressão: Locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, 96: 191-220, 2015. P. 192. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n96/0102-6445-ln-96-00191.pdf>> Acesso em: 21/02/2018

TOZI, Desireé Ramos. *Primavera das Estações*. O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural na região da Luz/ São Paulo. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Data de recebimento: 12.03.2018

Data de aceite: 29.06.2018